

Morreu Rui Mateus Pereira, um antropólogo com um apurado sentido da História

P publico.pt/2020/03/20/culturaipilon/noticia/morreu-rui-mateus-pereira-antropologo-apurado-sentido-

Lucinda Canelas Narciso Machado Teresa de Sousa José Pedro Teixeira Fernandes Filipa Almeida Mendes
Claudia Carvalho Silva, Inês Chaíça, Pedro Esteves, Filipa Almeida Mendes António Rodrigues Alexandra Campos
Andrea Cunha Freitas Ana Maia Sandra Silva Costa



Foto
DR

Publicou trabalhos de referência sobre a forma como as ciências sociais, em particular a Antropologia, contribuíram, durante o século XX, para que o império colonial português se perpetuasse e manteve um percurso como gestor público, em cargos ligados à administração central e local. Rui Mateus Pereira, antropólogo, morreu na quinta-feira,

aos 62 anos, na sequência de uma “doença prolongada”, avança o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova, a cujo grupo de investigadores pertencia desde 2013.

Foi Rui Pereira, lembra ao PÚBLICO Pedro Aires Oliveira, académico que se tem dedicado ao estudo da História da Expansão e do colonialismo, quem “resgatou a importância do contexto criado pelo império português na evolução dos estudos antropológicos em Portugal”, analisando a actuação de várias equipas no terreno, em especial a do etnólogo Jorge Dias (1907-1973), nome histórico da disciplina, entre os macondes de Moçambique.

Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959, título da sua tese de doutoramento defendida em 2006 e amplamente citada pelos investigadores que lidam no dia-a-dia com temas relacionados com o colonialismo português, ainda à espera de publicação, “é uma obra importante, de referência”, diz por seu lado o historiador Miguel Bandeira Jerónimo, investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e autor e coordenador de várias obras que abordam o período colonial e pós-colonial, de que *O Império Colonial em Questão* (Edições 70, 2012) é exemplo.

“Não sendo a única obra a fazê-lo, a tese do Rui Pereira é a primeira a abordar de forma verdadeiramente sistemática as relações entre a produção de conhecimento científico e o poder político no contexto do mundo colonial português”, diz este académico ligado ao CES que é também professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Nova.

É nesta tese dedicada às relações entre as ciências sociais e os governos de Lisboa entre a década de 1920 e o final da de 1950 que o antropólogo reflecte, entre outras coisas, sobre a possibilidade de o trabalho desenvolvido pelos etnólogos portugueses ter contribuído para a permanência dos portugueses em África, precisa o académico de Coimbra.

“E ele olha para tudo de forma muito crítica, procurando demonstrar até que ponto e de que maneiras o conhecimento científico foi instrumentalizado pelo poder político”, diz, colocando o enfoque em Moçambique e no trabalho da equipa coordenada por Jorge Dias, “caso exemplar” das relações entre o saber antropológico e a acção governativa em África durante o Estado Novo.

Rui Pereira, acrescenta o coordenador do IHC, parte dos relatórios reservados que Jorge Dias envia a António de Oliveira Salazar e a outros responsáveis pela política colonial, e de uma boa dose da correspondência que com eles troca, para traçar “um retrato sofisticado, por vezes crítico, da colonização portuguesa”.

“Ele mostra que Jorge Dias mantém com o regime uma relação complexa e que, tal como Orlando Ribeiro, via alguma bondade no projecto colonial português. Ao mesmo tempo que o critica, [Jorge Dias] vai dando conta do mal-estar que se instala entre os macondes

em relação à ocupação”, diz Aires Oliveira.

Miguel Bandeira Jerónimo defende, por seu lado, que o antropólogo soube “demonstrar de forma clara” que a relação entre este académico que liderou a equipa a que se deve a criação do Museu Nacional de Etnologia e o Estado Novo “não é simples nem unívoca”, está cheia de contradições, de zonas cinzentas. “Rui Pereira questiona os limites da apropriação do conhecimento científico pelo regime, chegando à conclusão de que, muitas vezes, não é o saber que antecipa o exercício do poder. Mas mantém um olhar crítico, que questiona.”

O trabalho de Rui Pereira é também essencial para a análise das colecções etnológicas em Portugal: “Quem quiser estudar a forma como foram criadas as colecções africanas dos nossos museus tem de olhar para o que ele escreveu. Não foi o único a estudar este tema, mas produziu trabalho científico de grande qualidade.” Um trabalho que é também importante para o debate contemporâneo em torno da descolonização dos museus, temática sobre a qual o antropólogo também deixa artigos publicados (*Descolonizar os Museus*, com Vera Marques, 2019).

Ricardo Jorge, o Mal-amado. Os serviços de saúde militar no quadro da Grande Guerra e da gripe pneumónica (2019) é uma das obras que reflecte o seu interesse pelos arquivos militares. “O Rui tinha uma grande paixão pelo trabalho de arquivo e dizia que estavam largamente por explorar”, acrescenta Pedro Aires Oliveira, um dos autores da *História da Expansão e do Império Português* (com J. P. Costa e José Damião Rodrigues, Esfera dos Livros, 2014). A antropologia que gostava de praticar estava mais ligada aos papéis do que às pessoas: “Tinha um apurado sentido histórico e, se o tempo não lhe tivesse faltado, tenho a certeza de que ia estudar os serviços de informação portugueses durante a Guerra Colonial.”

Como gestor público Rui Pereira, professor da FCSH/Nova, assumiu a chefia do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (2002-2005) e da Direcção Municipal de Cultura da Câmara de Lisboa (2005-2008). Foi no contexto desta última que viu o seu nome envolvido num processo judicial em que foi acusado de participação económica em negócio e condenado pelo Tribunal da Relação. Também a sua passagem pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, a que presidiu, não foi pacífica: acabaria exonerado do cargo em Janeiro de 2015, na sequência da polémica em torno do colapso do sistema Citius.

No plano editorial, Rui Pereira trabalhou em várias publicações: a revista *Oceanos* (editada pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses), a *Camões*, e os *Cadernos de Estudos Africanos*.